

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº : 15.511

Processo nº.: **202003568-00**

Assunto: **Consulta**

Município: **Belém**

Órgão **Fundação Cultural do Município de Belém**

Exercício: **2020**

Interessado: **Fábio Atanásio de Moraes**

Instrução: **Diretoria Jurídica**

Relator: **Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior**

EMENTA: CONSULTA. LEI ALDIR BLANC DE EMERGÊNCIA CULTURAL (LEI Nº. 14.017/2020). COMPETÊNCIA MUNICIPAL SOBRE O SUBSÍDIO MENSAL A ESPAÇOS CULTURAIS. POSSIBILIDADE DE DISTRIBUIÇÃO DO SUBSÍDIO MENSAL A ESPAÇOS CULTURAIS SEM CNPJ. NÃO NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL.

1. Os Municípios são competentes para aplicar os recursos disponíveis pela Lei nº. 14.017/2020 em ações emergenciais de apoio ao setor cultural em subsídios mensais para manutenção de espaços culturais e na publicação de editais e outros instrumentos aplicáveis para atividades no setor cultural (Art.2º, Ins. I e II da Lei nº. 14.017/2020).

2. É possível a distribuição do subsídio mensal a espaços culturais sem CNPJ, devendo estes serem identificados pelo “número ou código de identificação único” da entidade beneficiária, que comprove a vinculação do CPF solicitante do subsídio como gestor e/ou responsável do espaço cultural (Art. 2º, §8º do Decreto nº. 10.464/2020)

3. As condições para a elegibilidade dos espaços culturais ao subsídio mensal estão dispostas do Decreto nº. 10.464/2020, não sendo necessário que as entidades comprovem regularização fiscal (Art. 7º do Decreto nº. 10.464/2020).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, e respondida nos termos do disposto no **art. 1º, inciso XVI, da LC n.º 109/2016**, acordam os **Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, por unanimidade, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto do Conselheiro Relator, que passam a integrar esta decisão.

Sessão Virtual do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **30 de setembro de 2020**.


Conselheiro: **Sérgio Leão**
Presidente


Conselheiro **Daniel Lavareda**
Relator

Presentes:

Conselheiros: Mara Lúcia e Antonio José Guimarães.

Conselheiros Substitutos: Sérgio Dantas, José Alexandre e Márcia Costa

Ministério Público de Contas: Procuradora Maria Regina Cunha

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº.

Processo nº. 202003568-00 – Consulta da Fundação Cultural do Município de Belém, exercício 2020, de responsabilidade do Sr. Fábio Atanásio de Moraes.

RELATÓRIO

Processo nº.: 202003568-00
Assunto: Consulta
Município: Belém
Órgão Fundação Cultural do Município de Belém
Exercício: 2020
Interessado: Fábio Atanásio de Moraes
Instrução: Diretoria Jurídica
Relator: Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior

A **FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE BELÉM** encaminhou CONSULTA (fl.01/06), com amparo no artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 109/2016, na qual expôs situação fática, solicitando manifestação desta Corte de Contas sobre a seguinte questão:

“aplicação dos recursos destinados à ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública brasileiro, de acordo com a Lei n.º 14.017/2020 e regulamentada pelo Decreto n.º 10.464/2020”.

Conforme consta, os autos foram remetidos ao meu Gabinete, na data de 04/09/2020 (fl. 09) e considerando a especificidade jurídica da matéria, os autos foram submetidos a competente apreciação da Diretoria Jurídica – DIJUR/TCM-PA, em 08/09/2020, conforme permissivo contido nos termos do §4º, do art. 300, do RITCM-PA (Ato n.º 19/2017), a qual devidamente atendida, nos termos do **Parecer nº. 167/2020/DIJUR/TCM-PA**, da lavra do Diretor Jurídico, Dr. RAPHAEL MAUÉS OLIVEIRA e da Assessora Jurídica, Dra. MANOELLA DE GUIMARÃES NASCIMENTO, o qual antecipadamente destaco, adoto em sua integralidade como resposta a vertente consulta, no que transcrevo:



GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº.

Processo nº. 202003568-00 – Consulta da Fundação Cultural do Município de Belém, exercício 2020, de responsabilidade do Sr. Fábio Atanásio de Moraes.

2. DA ADMISSIBILIDADE E RELATORIA.

Conforme os arts. 298 e 300 do Regimento Interno deste TCM-PA (Ato n.º 19/2017), a a admissibilidade da consulta recai ao Conselheiro-Relator, respondendo o Tribunal sobre matéria de sua competência às consultas formuladas, desde que preliminarmente cumpridos os requisitos cumulativos exigidos regimentalmente, *in verbis*:

Art. 298. **O Tribunal responderá sobre matéria de sua competência às consultas que lhe forem formuladas**, conforme o disposto no art. 1º, XVI, da Lei Complementar nº 084, devendo atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

I – ser formulada por **autoridade legítima**;

II – ser **formulada em tese**;

III – conter a **apresentação objetiva dos quesitos**, com indicação precisa da dúvida quanto à interpretação e aplicação de dispositivos legais e regulamentares;

IV – versar sobre **matéria de competência do Tribunal de Contas**.
(Grifo nosso)

Art. 300. As consultas, após protocoladas, serão encaminhadas ao Conselheiro Relator, observada a prevenção, nos termos da distribuição bienal, para exame de admissibilidade e regular processamento.

No que concerne aos legitimados para formulação consultiva, estes estão previstos no rol taxativo dos **incisos I a V, do art. 299, do RITCM-PA**, *in verbis*:

Art. 299. Estão legitimados a formular consulta:

I - O Prefeito;

II - O Presidente da Câmara Municipal;

III - Os dirigentes de autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações instituídas e mantidas pelo município, consórcios municipais e conselhos constitucionais e legais;

IV - Os Conselhos ou órgãos fiscalizadores de categorias profissionais, observada a pertinência temática e o âmbito de representação profissional;

V - As entidades, que por determinação legal, são representativas de Poderes Executivos e Legislativos Municipais.

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº.

Processo nº. 202003568-00 – Consulta da Fundação Cultural do Município de Belém, exercício 2020, de responsabilidade do Sr. Fábio Atanásio de Moraes.

(Grifo nosso)

Relativamente aos autos em epígrafe, verifica-se que o Consulente é o Exmo. Presidente da FUMBEL – FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE BELÉM, dispondo de legitimidade para interpor a presente consulta, conforme previsão do inciso III do artigo supracitado.

No tocante ao inciso II do artigo 298, é requisito essencial que as consultas encaminhadas ao TCM-PA sejam formuladas em tese, de forma que não abordem o caso concreto ocorrido em determinado município, sob pena de inadmissibilidade da mesma, regra cumprida na presente Consulta.

Destarte, os presentes autos se revestem das formalidades necessárias quanto à proposição (**art. 300, § 2º do RITCM-PA**) e, ainda, firmado por autoridade legitimada, qual seja, o Presidente da FUMBEL – FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE BELÉM (**art. 298, inciso I c/c art. 299, inciso III, do RITCM-PA**).

3. DA ANÁLISE DE MÉRITO.

3.1. DA COMPETÊNCIA ESTADUAL E MUNICIPAL EM RELAÇÃO AS AÇÕES EMERGENCIAIS DE APOIO AO SETOR CULTURAL.

Previamente a análise dos pontos levantados pelo consulente, é necessário dispor sobre as competências estadual e municipal relativamente as ações emergenciais de apoio ao setor cultural, particularmente a renda emergencial e o subsídio mensais. Segundo o Decreto nº. 10.464/2020, regulamentador da Lei nº. 14.017/2020, compete aos Estados a distribuição da renda emergencial mensal aos trabalhadores da cultura (pessoas naturais), enquanto que é de

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº.

Processo nº. 202003568-00 – Consulta da Fundação Cultural do Município de Belém, exercício 2020, de responsabilidade do Sr. Fábio Atanásio de Moraes.

competência dos Municípios a distribuição do subsídio mensal aos espaços culturais, *in verbis*:

Art. 2º A União entregará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em parcela única, no exercício de 2020, o valor de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) para aplicação em ações emergenciais de apoio ao setor cultural, conforme estabelecido no art. 2º da Lei nº 14.017, de 2020, observado o seguinte:

I - compete aos Estados e ao Distrito Federal distribuir a renda emergencial mensal aos trabalhadores da cultura, em observância ao disposto no inciso I do caput do art. 2º da Lei nº 14.017, de 2020;

II - compete aos Municípios e ao Distrito Federal distribuir os subsídios mensais para a manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social, em observância ao disposto no inciso II do caput do art. 2º da Lei nº 14.017, de 2020; e

III - compete aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios elaborar e publicar editais, chamadas públicas ou outros instrumentos aplicáveis para prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural, manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, e realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais, em observância ao disposto no inciso III do caput do art. 2º da Lei nº 14.017, de 2020.

(Grifo nosso)

Dessa forma, é necessário esclarecer que na hipótese da distribuição pelos Municípios do subsídio mensal a espaços culturais sem CNPJ, ou seja, cadastrados com o CPF do gestor cultural, este atuará como representante da entidade e o recurso a ele entregue será destinado a manutenção do espaço cultural e não a seu gasto particular pela pessoa natural. Com vistas a auxiliar a divulgação de boas práticas procedimentais relacionadas a aplicação dos recursos da mencionada normativa, foram compiladas nesta consulta as respostas dadas pela Secretaria Especial da Cultura – Ministério Do Turismo, pelo Tribunal de Contas da União e pela Confederação Nacional dos Municípios aos

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº.

Processo nº. 202003568-00 – Consulta da Fundação Cultural do Município de Belém, exercício 2020, de responsabilidade do Sr. Fábio Atanásio de Moraes.

questos trazidos, todas disponíveis ao público na rede mundial de computadores (*world wide web*).

3.2. DAS CARACTERÍSTICAS DO BENEFICIÁRIO A MODALIDADE DE APOIO “SUBSÍDIO MENSAL”. DA NÃO NECESSIDADE DE CNPJ. DA POSSIBILIDADE DE RECEBIMENTO, NO MESMO CPF CADASTRADO, DOS BENEFÍCIOS DISPOSTOS NOS INCISOS I E II DO ART.2º. DA NÃO NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL.

A Lei nº. 14.017/2020, regulamentada pelo Decreto nº. 10.464/2020, dispõe em seu art. 2º sobre as modalidades de apoio emergencial nas quais os Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios poderão aplicar o recurso federal disponibilizado para suporte ao setor cultural.

Em seu inciso segundo é prescrita a modalidade de apoio “subsídio mensal” para manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social, *in verbis*:

Art. 2º A União entregará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em parcela única, no exercício de 2020, o valor de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) para aplicação, pelos Poderes Executivos locais, em ações emergenciais de apoio ao setor cultural por meio de:

I - renda emergencial mensal aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura;

II - subsídio mensal para manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social; e

III - editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº.

Processo nº. 202003568-00 – Consulta da Fundação Cultural do Município de Belém, exercício 2020, de responsabilidade do Sr. Fábio Atanásio de Moraes.

de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, bem como à realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais.

A normativa ainda define que os espaços culturais aptos a serem beneficiários do subsídio mensal são todos aqueles organizados e mantidos por organizações da sociedade civil, empresas culturais, organizações culturais comunitárias, cooperativas com finalidade cultural e instituições culturais, com ou sem fins lucrativos e, inclusive por pessoas, que sejam dedicados a realizar atividades artísticas e culturais.

Art. 8º. Compreendem-se como espaços culturais todos aqueles organizados e mantidos por pessoas, organizações da sociedade civil, empresas culturais, organizações culturais comunitárias, cooperativas com finalidade cultural e instituições culturais, com ou sem fins lucrativos, que sejam dedicados a realizar atividades artísticas e culturais, tais como:

- I - pontos e pontos de cultura;
- II - teatros independentes;
- III - escolas de música, de capoeira e de artes e estúdios, companhias e escolas de dança;
- IV - circos;
- V - cineclubes;
- VI - centros culturais, casas de cultura e centros de tradição regionais;
- VII - museus comunitários, centros de memória e patrimônio;
- VIII - bibliotecas comunitárias;
- IX - espaços culturais em comunidades indígenas;
- X - centros artísticos e culturais afro-brasileiros;
- XI - comunidades quilombolas;
- XII - espaços de povos e comunidades tradicionais;
- XIII - festas populares, inclusive o carnaval e o São João, e outras de caráter regional;
- XIV - teatro de rua e demais expressões artísticas e culturais realizadas em espaços públicos;
- XV - livrarias, editoras e sebos;
- XVI - empresas de diversão e produção de espetáculos;
- XVII - estúdios de fotografia;
- XVIII - produtoras de cinema e audiovisual;
- XIX - ateliês de pintura, moda, design e artesanato;
- XX - galerias de arte e de fotografias;
- XXI - feiras de arte e de artesanato;

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº.

Processo nº. 202003568-00 – Consulta da Fundação Cultural do Município de Belém, exercício 2020, de responsabilidade do Sr. Fábio Atanásio de Moraes.

XXII - espaços de apresentação musical;
XXIII - espaços de literatura, poesia e literatura de cordel;
XXIV - espaços e centros de cultura alimentar de base comunitária, agroecológica e de culturas originárias, tradicionais e populares;
XXV - outros espaços e atividades artísticos e culturais validados nos cadastros aos quais se refere o art. 7º desta Lei.

Parágrafo único. Fica vedada a concessão do benefício a que se refere o inciso II do **caput** do art. 2º desta Lei a espaços culturais criados pela administração pública de qualquer esfera ou vinculados a ela, bem como a espaços culturais vinculados a fundações, a institutos ou instituições criados ou mantidos por grupos de empresas, a teatros e casas de espetáculos de diversões com financiamento exclusivo de grupos empresariais e a espaços geridos pelos serviços sociais do Sistema S.

O Decreto nº. 10.464/2020 sustenta ainda que as entidades listadas no art. 2º da Lei nº. 14.017/2020 só farão jus ao subsídio mensal se estiverem com suas atividades interrompidas e que comprovem a sua inscrição e homologação em um dos cadastros nele dispostos.

Art. 6º Farão jus ao subsídio mensal previsto no inciso II do caput do art. 2º as entidades de que trata o referido inciso, desde que estejam com suas atividades interrompidas e que comprovem a sua inscrição e a homologação em, no mínimo, um dos seguintes cadastros: (...)

Devido a utilização da palavra *entidades*, bem como da afirmação de que os espaços culturais podem ser organizados e mantidos por pessoas, é possível que haja a necessidade de esclarecimentos procedimentais sobre a possibilidade do subsídio mensal ser concedido a espaços culturais não-formais, não constituídos em pessoas jurídicas e, portanto, sem CNPJ.

O Decreto nº. 10.464/2020 prescreve sobre a hipótese, afirmando que há possibilidade de que os espaços culturais beneficiados não possuam CNPJ. Nestes casos, deve ser apresentado o número ou código de identificação único que vincule o solicitante pessoa natural (gestor do espaço cultural) a entidade.

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO N°.

Processo n°. 202003568-00 – Consulta da Fundação Cultural do Município de Belém, exercício 2020, de responsabilidade do Sr. Fábio Atanásio de Moraes.

Art. 2º A União entregará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em parcela única, no exercício de 2020, o valor de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) para aplicação em ações emergenciais de apoio ao setor cultural, conforme estabelecido no art. 2º da Lei nº 14.017, de 2020, observado o seguinte: (...)

§ 8º Na hipótese de inexistência de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios informarão o número ou o código de identificação único que vincule o solicitante à organização ou ao espaço beneficiário.

Ressalte-se que a Secretaria Especial de Cultural – Ministério do Turismo, na página virtual de Perguntas Frequentes sobre o auxílio cultura¹, afirma que o “número ou código de identificação único” seria aquele previamente dado a organização ou espaço cultural beneficiário no cadastro do Município e que comprove a vinculação da pessoa natural efetivamente solicitante do subsídio à entidade a qual o subsídio se destinará:

4. Qual número poderá ser utilizado para fins de identificação da organização ou espaço beneficiário, nos termos do art. 2º, § 8º do Decreto?

Entende-se como “número ou código de identificação único” o número ou código da entidade beneficiária (organização ou espaço cultural) no cadastro do ente local, homologado, que comprove a vinculação ao CPF solicitante do subsídio como gestor e/ou responsável por aquele espaço e permita garantir, ao gestor local, que um mesmo espaço ou organização não seja apoiado em duplicidade.

A Secretaria de Cultura do Estado do Pará, por meio de *website* dedicado exclusivamente a implementação da Lei Aldir Blanc (<https://leialdirblanc.pa.gov.br/>), editou uma cartilha Lei Aldir Blanc: FAQ – perguntas mais frequentes², na qual afirma que é possível que espaços culturais sem CNPJ recebam o subsídio mensal.

¹ Disponível em: <http://portalsnc.cultura.gov.br/perguntas-frequentes-auxilio-cultura/>. Acesso em: 21/09/2020.

² Disponível em <https://leialdirblanc.pa.gov.br/downloads/faq.pdf>. Acesso em 21/09/2020.

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº.

Processo nº. 202003568-00 – Consulta da Fundação Cultural do Município de Belém, exercício 2020, de responsabilidade do Sr. Fábio Atanásio de Moraes.

1 - Os espaços culturais devem possuir CNPJ?

Conforme dispõe o Art. 8º da Lei Aldir Blanc, os espaços culturais organizados e mantidos por pessoas físicas, coletivos e grupos culturais informais (sem CNPJ) poderão acessar os recursos do subsídio mensal, desde que sejam dedicados a realizar atividades artísticas e culturais e atendam aos critérios estabelecidos na lei e nas regulamentações.

Ainda sobre a questão, a Confederação Nacional dos Municípios em Nota Técnica n. 54/2020 de 10 de setembro de 2020³ – elaborada após consulta ao Tribunal de Contas da União – ao dispor que as entidades interessadas em receber o subsídio mensal (espaços culturais) podem ser representadas por uma pessoa física ou jurídica, explana sobre precauções a serem tomadas pelos Municípios:

Os interessados em receber o subsídio podem ser representados por uma pessoa jurídica ou física. Entretanto, destaca-se que **caso o solicitante não possua um CNPJ, o pagamento do subsídio somente poderá ocorrer para uma única pessoa física representante.** Isto é, caso, por exemplo, um centro de tradição regional sem CNPJ seja selecionado, o pagamento do subsídio deverá ser feito associado a um dos integrantes da gestão responsável por esse espaço artístico-cultural, de modo a inviabilizar que esse centro de tradição regional receba mais de uma vez.

A fim de conseguir cumprir essa exigência, **o Município precisa fornecer um número ou código de identificação único a cada uma das organizações inscritas e homologadas no cadastro municipal de cultura, de forma a vincular a pessoa jurídica ou física representante.**

A esse respeito, a CNM sugere que, no ato da inscrição no cadastro municipal de cultura, seja solicitada às organizações que não possuam CNPJ a apresentação de um documento que autodeclare todos os integrantes da sua gestão responsável e respectivos CPFs.

A partir disso, o Município, quando for fazer a verificação de elegibilidade dos solicitantes, terá condições de saber se pessoas físicas diferentes se apresentaram como representantes de uma mesma organização e, dessa maneira, não prover o subsídio de forma repetida.

³ Disponível em <https://www.cnm.org.br/biblioteca/exibe/14730>. Acesso em 21/09/2020.

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº.

Processo nº. 202003568-00 – Consulta da Fundação Cultural do Município de Belém, exercício 2020, de responsabilidade do Sr. Fábio Atanásio de Moraes.

Observe-se que na hipótese do espaço cultural interessado em receber o subsídio mensal não possuir CNPJ, o pagamento do subsídio ocorrerá a uma única pessoa física (geralmente o gestor da entidade). Como os espaços culturais precisam estar cadastrados junto ao Município previamente para o recebimento do subsídio mensal, aqueles informais (sem CNPJ) também receberão um número de identificação, vinculando uma pessoa física como o representante do espaço cultural e possibilitando o cadastro de seu CPF para o recebimento do subsídio mensal.

Finalmente, neste cadastro local também seria possível registrar os integrantes da gestão do espaço cultural em questão (de acordo com uma autodeclaração), a fim de que um mesmo espaço cultural não receba o apoio financeiro em duplicidade, ao apresentar pessoas físicas diferentes como gestores.

Relativamente a possibilidade de um mesmo indivíduo ter seu CPF registrado como gestor e representante de um espaço cultural para o recebimento do subsídio mensal destinado a entidade cultural e receber ainda a renda emergencial mensal aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura (Art.2º, I da Lei nº. 14.017/2020, esta de competência estadual) simultaneamente, a Secretaria Especial de Cultura em seu informe – Perguntas Frequentes⁴ assevera que o mesmo é possível, haja vista não haver “batimentos” entre os CPF’s cadastrados sob o inciso I e o inciso II.

7. Posso cadastrar o CPF de um requerente pelo Inciso I- renda mensal e também pelo Inciso II -subsídio mensal como um representante por um espaço cultural?

Sim. O Ente Federativo poderá efetuar um cadastro para os Incisos I e II da lei para o mesmo CPF.

⁴ Disponível em <http://portalsnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/32/2020/08/AE-Cult-Perguntas-Frequentes-v1.0.pdf>. Acesso em 21/09/2020.

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº.

Processo nº. 202003568-00 – Consulta da Fundação Cultural do Município de Belém, exercício 2020, de responsabilidade do Sr. Fábio Atanásio de Moraes.

5. É preciso informar os membros do quadro societário da empresa?
Não. O sistema irá apresentar uma lista contendo essa relação. Não haverá nenhum batimento entre os CPFs cadastrados no Inciso II com os cadastrados no Inciso I.

Finalmente, no que se refere a obrigação de comprovação de regularidade fiscal para a concessão do subsídio mensal, a Secretaria Especial de Cultura em sua página virtual de Perguntas Frequentes sobre o auxílio cultura⁵, dispõe que os critérios de elegibilidade para os beneficiários já estão definidos na própria Lei nº. 14.017/2020, em seu art. 7º, podendo ainda ser estabelecidos critérios adicionais pelos gestores locais, em normatização própria.

31. Por se tratar de Lei para auxílio emergencial, TCU e MTUR exigirão regularidade fiscal dos beneficiários previstos nos incisos I e II do art. 2º do referido diploma legal?

Os critérios de elegibilidade para os beneficiários do inciso I do art. 2º estão previstos no art. 6º da Lei 14.017/2020. Já com relação aos critérios de elegibilidade para os beneficiários do inciso II do art. 2º, estes estão definidos no art. 7º da referida Lei, ressaltando ainda o descrito no caput, que diz que critérios adicionais serão estabelecidos pelos gestores locais.

3.3. DA APLICABILIDADE DA LEI. DAS AÇÕES MUNICIPAIS NECESSÁRIAS PARA A APLICAÇÃO DO RECURSO.

A Lei nº. 14.017/2020 e o Decreto nº. 10.464/2020 dispõem sobre o modo como os recursos federais disponíveis podem ser dispostos pelos Municípios, a saber, especificamente na forma de subsídio mensal e editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção na área da cultura (art.2º, incisos II e III da Lei nº. 14.017/2020), estando as disposições normativas em vigor desde a publicação da lei (30/06/2020) e a regulamentação do decreto (18/08/2020).

Note-se que as próprias normativas trazem em seu bojo uma

⁵ Disponível em: <http://portalsnc.cultura.gov.br/perguntas-frequentes-auxilio-cultura/>. Acesso em: 21/09/2020.

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº.

Processo nº. 202003568-00 – Consulta da Fundação Cultural do Município de Belém, exercício 2020, de responsabilidade do Sr. Fábio Atanásio de Moraes.

série de procedimentos a serem adotados pelo Município a fim de aplicar corretamente as disposições legais. A fim de esquematizar as ações necessárias, a Secretaria do Estado do Ceará⁶ editou a Cartilha Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural, recomendada pelo Tribunal de Contas da União e pela Confederação Nacional dos Municípios como fonte de consulta. Abaixo encontra-se reproduzido o quadro esquemático sobre as possíveis ações municipais necessárias e sua ordem.

Quadro 1. Roteiro de Ações Básicas para Estruturação da Lei Aldir

| | AÇÃO | DESCRIÇÃO |
|---|--|--|
| 1 | Regulamentação Municipal | Publicar a regulamentação municipal para viabilizar a operacionalização da Lei a partir da realidade jurídica de cada município. |
| 2 | Adequações na Lei Orçamentária Anual - Loa | Encaminhar para Câmara Municipal solicitação de alteração da LOA para inclusão da previsão orçamentária necessária para recebimento dos recursos. |
| 3 | Elaboração do Plano de Ação para Execução dos Recursos | Elaborar Plano Estratégico de Ações |
| 4 | Cadastramento Plataforma +Brasil para Recebimento dos Recursos | A Plataforma +Brasil abriu no dia 04 de agosto para os municípios. |
| | | Elaborar uma programação financeira para a aplicação dos recursos recebidos. |
| | | Cadastrar Fundo Municipal na Plataforma + Brasil |
| | Operacionalização do subsídio aos espaços | Lançar campanha de cadastramento nos municípios para possibilitar o subsídio previsto no item II do artigo 2º da Lei nº 14.017/2020. |
| | | Elaborar a definição do escopo dos beneficiários, assim como os critérios para definição dos valores (R\$ 3.000,00 - R\$ 10.000,00) dos benefícios |
| | | Verificar possível necessidade de seleção, |

⁶ Disponível em: <https://www.secult.ce.gov.br/lei-aldir-blanc/>. Acesso em 21/09/2020.

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº.

Processo nº. 202003568-00 – Consulta da Fundação Cultural do Município de Belém, exercício 2020, de responsabilidade do Sr. Fábio Atanásio de Moraes.

| | | |
|---|---|--|
| 5 | culturais previsto no item II do artigo 2º da lei nº 14.017/2020 | caso o recurso recebido não seja suficiente para atender a todas as solicitações. |
| 6 | Elaboração dos editais para operacionalização dos recursos previstos no item III do artigo 2º da lei nº 14.017/2020 | Elaborar minuta dos editais a serem lançados pelo município após pactuação com a sociedade civil. Lançamento, seleção, execução financeira e prestação de contas dos editais lançados. |
| 7 | Realização da prestação de contas | Elaborar prestação de contas com o Governo Federal, conforme orientações previstas na regulamentação federal. |
| 8 | Sugestão de <i>check list</i> de acompanhamento municipal | Passo a passo para acompanhamento do município na implementação da Lei Aldir Blanc |

(Cartilha II – Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural – Estado do Ceará)

Ademais, o Tribunal de Contas da União, o DATAPREV e a Confederação Nacional dos Municípios realizaram webnário - Lei Aldir Blanc: Controle e Fiscalização⁷, no qual explicam mais detalhadamente o papel de cada órgão na aplicação dos recursos, bem como responderam algumas dúvidas.

Finalmente, deve-se ressaltar que a Cartilha Lei Aldir Blanc: FAQ – perguntas mais frequentes, editada pela Secretaria do Estado do Pará é importante fonte de orientação, ao adequar as disposições da lei a realidade paraense. O Estado do Pará possibilitou, inclusive, aos municípios a utilização da plataforma Mapa Cultural do Pará, em lugar de organizar seus próprios cadastros:

6 – Como solicitar o benefício de Espaço Cultural (inciso II)?

Cada município disponibilizará o seu formulário para solicitação do subsídio previsto no inciso II. Atualmente, a Secretaria de Estado de Cultura do Pará está contactando os municípios que desejam usar o sistema de informações Mapa Cultural do Pará para hospedar seus

⁷ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=c8QsOk5jPMA&feature=youtu.be>. Acesso em: 20/09/2020.

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº.

Processo nº. 202003568-00 – Consulta da Fundação Cultural do Município de Belém, exercício 2020, de responsabilidade do Sr. Fábio Atanásio de Moraes.

cadastros na plataforma. Para tanto, as (os) solicitantes devem buscar os canais oficiais de cada secretaria ou diretoria municipal de cultura para saber qual vai ser a plataforma e o endereço virtual disponibilizado para a inscrição neste tipo de auxílio”.

Diante da elaboração do **Parecer nº. nº. 167/2020/DIJUR/TCM-PA**, e considerando o atendimento das formalidades regimentais para processamento dos presentes autos, sob a forma de consulta, conforme imperativo regimental e, ainda, com base na manifestação exarada pela Diretoria Jurídica deste TCM-PA, submeto a matéria à consideração deste Colegado Plenário.

É o relatório.



GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº.

Processo nº. 202003568-00 – Consulta da Fundação Cultural do Município de Belém, exercício 2020, de responsabilidade do Sr. Fábio Atanásio de Moraes.

VOTO

PRELIMINARMENTE, cumpre analisar a admissibilidade da presente **Consulta**, a qual se confirma, dado o atendimento das formalidades inculpidas nos **arts. 298⁸ e 299⁹ do Regimento Interno do TCM/PA – RITCM/PA (Atualizado pelo Ato nº 18)¹⁰**, tendo sido formulada por autoridade competente (art. 299, inciso III, do RITCM-PA), para além de suscitada em forma de tese, acerca de tema de grande relevância às atividades de controle externo, realizadas por esta Corte de Contas, notadamente, quando possui dentre suas diretrizes, a função pedagógica junto aos jurisdicionados na constitucional aplicação dos recursos públicos. Sendo assim, passo a análise de mérito da presente consulta, tal como interposta.

NO MÉRITO, conforme já delineado em relatório, acompanho em sua integralidade a manifestação trazida aos autos, pela Diretoria Jurídica/TCM-PA, no sentido de ser possível que espaços culturais que não possuam CNPJ solicitem o subsídio mensal, caso em que será pago a uma pessoa natural registrada como gestor e representante da entidade, através de “número ou código de identificação único” da entidade beneficiária. Deve ser comprovado, ainda, a vinculação do CPF solicitante do subsídio como gestor e/ou responsável do espaço cultural (Art. 2º, §8º do Decreto nº. 10.464/2020).

Ressalto que a pessoa natural, neste caso, agirá como representante do espaço cultural, sendo o subsídio mensal destinado a manutenção deste, visto que o recurso

⁸Art. 298. O Tribunal responderá sobre matéria de sua competência às consultas que lhe forem formuladas, conforme o disposto no art. 1.º, XVI, da Lei Complementar n.º 84, devendo atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I - Ser formulada por autoridade legítima; II - Ser formulada em tese; III - Conter a apresentação objetiva dos quesitos, com indicação precisa da dúvida quanto à interpretação e aplicação de dispositivos legais e regulamentares; IV - Versar sobre matéria de competência do Tribunal de Contas.

⁹Art. 299. Estão legitimados a formular consulta: I - O Prefeito; II - O Presidente da Câmara Municipal; III - Os dirigentes de autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações instituídas e mantidas pelo município, consórcios municipais e conselhos constitucionais e legais; IV - Os Conselhos ou órgãos fiscalizadores de categorias profissionais, observada a pertinência temática e o âmbito de representação profissional; V - As entidades, que por determinação legal, são representativas de Poderes Executivos e Legislativos Municipais.

¹⁰ XVI - responder à consulta técnica que lhe seja formulada, em tese, por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares, concernentes à matéria de sua competência, bem como aquelas fundamentadas em caso concreto, nas hipóteses e forma estabelecidas no Regimento Interno;

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº.

Processo nº. 202003568-00 – Consulta da Fundação Cultural do Município de Belém, exercício 2020, de responsabilidade do Sr. Fábio Atanásio de Moraes.

designado especificamente para as pessoas naturais (trabalhadores da cultura) é a renda emergencial mensal (art. 2º, inc. I da Lei nº. 14.017/2020), de competência estadual.

Dessarte, um mesmo CPF pode ser cadastrado como solicitante de renda emergencial (efetivamente para o trabalhador da cultura) e de subsídio mensal (como representante do espaço cultural, com o recuso destinado a entidade).

Chamo atenção para o fato de não haver necessidade de comprovação de regularidade fiscal para as entidades solicitantes do subsídio mensal, em razão dos critérios de elegibilidade estarem dispostos na própria Lei nº. 14.017/2020 e regulamentados pelo Decreto nº. 10.464/2020.

No que tange à aplicabilidade da Lei nº. 14.017/2020, regulamentada pelo Decreto nº. 10.464/2020, vislumbra-se que o referido regramento legal dispõe sobre as ações municipais procedimentais que deverão ser realizadas para a correta aplicação dos recursos, como a regulamentação municipal (definição de critérios para a escolha dos espaços culturais), necessidade de um cadastro dos espaços culturais locais, elaboração de plano de ação para a execução dos recursos, entre outros., sendo imprescindível que o Município os realize para que possa aplicar os recursos disponíveis de maneira correta.

Por fim, em razão de ter acompanhado a manifestação trazida aos autos, pela Diretoria Jurídica/TCM-PA, adoto a seguinte ementa elaborada pelo referido setor, no que transcrevo:

EMENTA: CONSULTA. LEI ALDIR BLANC DE EMERGÊNCIA CULTURAL (LEI Nº. 14.017/2020). COMPETÊNCIA MUNICIPAL SOBRE O SUBSÍDIO MENSAL A ESPAÇOS CULTURAIS. POSSIBILIDADE DE DISTRIBUIÇÃO DO SUBSÍDIO MENSAL A ESPAÇOS CULTURAIS SEM CNPJ. NÃO NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL.

1. Os Municípios são competentes para aplicar os recursos disponíveis pela Lei nº. 14.017/2020 em ações emergenciais de apoio ao setor cultural em subsídios mensais para manutenção de espaços culturais e na publicação de editais e outros instrumentos aplicáveis para atividades no setor cultural (Art.2º, Ins. I e II da Lei nº. 14.017/2020).
2. É possível a distribuição do subsídio mensal a espaços culturais sem

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº.

Processo nº. 202003568-00 – Consulta da Fundação Cultural do Município de Belém, exercício 2020, de responsabilidade do Sr. Fábio Atanásio de Moraes.

CNPJ, devendo estes serem identificados pelo “número ou código de identificação único” da entidade beneficiária, que comprove a vinculação do CPF solicitante do subsídio como gestor e/ou responsável do espaço cultural (Art. 2º, §8º do Decreto nº. 10.464/2020)

3. As condições para a elegibilidade dos espaços culturais ao subsídio mensal estão dispostas do Decreto nº. 10.464/2020, não sendo necessário que as entidades comprovem regularização fiscal (Art. 7º do Decreto nº. 10.464/2020).

Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **30 de setembro de 2020.**


Conselheiro **Luis Daniel Lavareda Reis Junior**

Relator